INFORMATIVO ONLINE

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 9 Número: 359 03/06/2025

Fonte: Diário Oficial Eletrônico do MPMG de 30.05.2025

AUTORIZAÇÃO PGJ, DE 2025

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA** autoriza os Promotores de Justiça a se ausentarem de suas respectivas comarcas, sem prejuízo de suas atribuições, para participar das ações educacionais presenciais promovidas pelo CEAF no mês de junho.

PAULO DE TARSO MORAIS
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

AVISO CGMP Nº 2, DE 30 DE MAIO DE 2025 (Republicação)
Avisa sobre a importância de realização de visitas presenciais às escolas que se enquadram no objeto do Projeto Sede de Aprender, de iniciativa do CNMP.

AVISO CGMP Nº 3, DE 2 DE JUNHO DE 2025
Avisa sobre a importância da capacitação e permanente atualização para o exercício das funções institucionais em casos de violência de gênero contra as mulheres, em todas as áreas de atuação do Ministério Público.

AVISO DG Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2025
“Avisa sobre o regramento de licenças e dispensas e alteração na rotina de registro de afastamentos.”

NOTA TÉCNICA CONJUNTA CAOPP CCONST Nº 1, DE 28 DE MAIO DE 2025
Nota técnica versando sobre a ocupação irregular da máquina pública.

RESOLUÇÃO PGJ Nº 15, DE 28 DE MAIO DE 2025
Institui mutirão para feitos cíveis eletrônicos acautelados no âmbito da Segunda Instância do Ministério Público de Minas Gerais.

RESOLUÇÃO PGJ Nº 16, DE 30 DE MAIO DE 2025
Altera a Resolução PGJ n.º 42, de 19 de agosto de 2022, que institui Comissão de Gestão de Política de Acessibilidade (CGPA), para promoção de práticas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e de membros e servidores reabilitados no trabalho.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEI Nº 25.261, DE 29 DE MAIO DE 2025
Altera o art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

LEI Nº 25.263, DE 29 DE MAIO DE 2025
Dispõe sobre a adoção da pedagogia da alternância no sistema estadual de educação, reconhece como de relevante interesse social as escolas família agrícola localizadas no Estado e dá outras providências.

LEI Nº 25.264, DE 29 DE MAIO DE 2025
Institui a política estadual de fisioterapia para idosos no âmbito da rede pública estadual de saúde.

LEI Nº 25.265, DE 29 DE MAIO DE 2025
Acrescenta inciso ao art 1º da Lei nº 17355, de 17 de janeiro de 2008, que determina a destinação de assentos nos terminais rodoviários localizados no Estado às pessoas que especifica.

LEI Nº 25.266, DE 29 DE MAIO DE 2025
Acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência e cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

LEI Nº 25.274, DE 2 DE JUNHO DE 2025
Altera o art. 4º da Lei nº 23.938, de 23 de setembro de 2021, que estabelece princípios, diretrizes e objetivos para as ações do Estado voltadas para os cuidados paliativos no âmbito da saúde pública.

LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 30 DE MAIO DE 2025
Altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências.

PORTARIA TJMG Nº 7.246, DE 2 DE JUNHO DE 2025
Altera a Portaria da Presidência nº 7.129, de 25 de março de 2025, que "Dispõe sobre a expansão da atuação do Núcleo de Justiça 4.0 - Cível na Justiça Comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais".

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI Nº 15.140, DE 28 DE MAIO DE 2025
Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo.

PORTARIA GM/MS Nº 6.941, DE 26 DE MAIO DE 2025
Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Comitê Nacional de Prevenção da Mortalidade Materna, fetal e Infantil.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.